AVISO

Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de quatro postos de trabalho do Mapa de Pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 7 de junho de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de quatro postos de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal para 2018 da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), da categoria e carreira de técnico superior, conforme se segue:

Referência a) Técnico superior com licenciatura na área de Línguas – 3 postos de trabalho.

Referência b) Técnico superior com licenciatura na área de Ciência Empresariais e Finanças – 1 posto de trabalho.

2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo.

3. Locais de Trabalho:

Referência a) Direção de Serviços de Relações Internacionais - Av. Eng. Duarte Pacheco n.º 28 4º, Lisboa; Direção de Serviços de Investigação da Fraude Aduaneira - Av. Duque de Ávila, n.º 71, 5º, Lisboa; Grupo de Apoio à Fiscalidade Internacional, Relacionamento IOTA e Cooperação PALOP- Av. Boavista nº 757, 5º, Porto.

Referência b)

Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão - R. da Prata, n.º10 5º, Lisboa.

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de quatro postos de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 da Autoridade Tributária e Aduaneira, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

5. Descrição sumária das funções por categoria/carreira e número de postos por função:

Aos postos de trabalho a ocupar correspondem, conforme consta do conteúdo funcional descrito no anexo, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 88.º da LTFP, na carreira e categoria de técnico superior, o exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, bem como a elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade.

6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

7. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho:

Referência a) Funções de tradução técnica da Língua Inglesa e Alemã aplicada a diversos tipos de correspondência e documentação na área tributária e aduaneira incluindo matérias de legislação fiscal, regulamentos e diretivas comunitárias. Prestar apoio na comunicação institucional com os Estados Membros da União Europeia, OCDE ou outros organismos internacionais com recurso a conhecimentos técnicos especializados nas matérias de política tributária e aduaneira no domínio internacional.

Referência b) Apoio na conceção, monitorização e reporte de indicadores de desempenho dos serviços. Participação na elaboração de instrumentos de gestão e acompanhamento da sua implementação. Elaboração de estudos técnicos de definição e divulgação de informação estatística e de gestão.

8. Habilitações literárias exigidas: licenciatura ou grau académico superior, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 86º da LTFP.

9. Posição remuneratória: A 2ª posição remuneratória da categoria de técnico superior, nível 15 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde a remuneração de 1.201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos).

10. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

10.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria de técnico superior, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

10.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;

b) 18 Anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

10.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 8. do presente aviso.

10.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

11. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

11.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da AT.

11.2. Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet da AT na área de recrutamento de pessoal, podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de email dsgrh-drm@at.gov.pt, até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, das 09H30 às 12H30 e das 14H00 às 16H30, na Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira, Rua do Comércio, 49, 3.º, em Lisboa, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior.

11.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

11.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Certificado de Habilitações;
- b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado;
- d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável.

11.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

12. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular.

13.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso.

13.2. São motivos de exclusão do presente procedimento:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular;

13.3. Classificação final (CF):

- a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas,

CF = AC

CF = Classificação Final;

AC = Avaliação Curricular (ver artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação)

13.4. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação é efetuada através de lista afixada em local visível e público nas instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira e na sua página eletrónica no endereço electrónico da AT na área de recrutamento de pessoal.

13.5. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

13.5. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

13.6. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da Autoridade Tributária e Aduaneira, após aplicação do método de seleção.

13.7. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

14. Composição e identificação do júri:

14.1 – Referência A – Línguas

Presidente: Teresa Maria Marques Baião Neto, Chefe da Divisão de Estudos e Informações

Vogais efectivos:

Paulo Silva Simões Chefe da Divisão de Administração

Maria Isabel Pereira Simões Viegas, Técnica de Administração Tributária Nível 2

Vogais suplentes:

Maria Ivone Ferreira da Silva Ramalho, Técnica Superior Aduaneira

Hélder Filipe Cardoso Paiva, Técnico Superior

14.2. – Referência B – Ciências Empresariais

Presidente: Hélder Borges Lage, Chefe da Divisão de Organização e Qualidade

Vogais efectivos:

Luiza Maria Laranjeira Correa de Mello, Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão

Hélder Filipe Cardoso Paiva, Técnico Superior

Vogais suplentes:

Antónia Rosa Vieira Marques, Diretora de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão

Maria Ivone Ferreira da Silva Ramalho, Técnica Superior Aduaneira

15. A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

16. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Autoridade Tributária e Aduaneira.

15 de junho de 2018 – Helena Alves Borges